Notícias do dia 23 de março

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

NOTÍCIAS GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
MP investiga fraude em licitação para fornecimento de alimentação para presos em Goiás 3

MP investiga fraude em licitação para fornecimento de alimentação para presos em Goiás

O Ministério Público de **Goiás** abriu um inquérito civil público, nesta segunda-feira (21/3), para investigar uma denúncia referente ao favorecimento e direcionamento na licitação para a Ciga - Cozinha Industrial Alimentar Ltda. fornecer marmitas para detentos e servidores do sistema carcerário de **Goiânia** e região metropolitana, incluindo o Complexo Prisional de Aparecida de **Goiânia**.

É o quinto procedimento aberto para apurar os trâmites do edital. O processo licitatório, que foi vencido pela empresa no ano passado pelo valor de até R$ 29,7 milhões por quatro anos.

O inquérito aberto pela promotora Villis Marra, da 78ª Promotoria de Justiça de **Goiânia**, se une as investigações que estão em andamento pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), pela Delegacia Estadual de Combate à Corrupção (Decor), a um processo que está na Justiça depois de uma ação da empresa derrotada na licitação e a uma sindicância interna aberta pela própria DGPA em fevereiro deste ano.

As investigações estão apurando algumas questões polêmicas. Dentre elas, o fato de a dona da empresa Ciga ser esposa do sargento da Polícia Militar (PM), José Fábio Vieira de Sá, que na época era motorista da Diretoria-Geral de Administração Penitenciária (DGAP) à disposição do tenente-coronel Franz Augusto Marlus Rasmussen Rodrigues. Tanto José Fábio, como Franz Augusto foram transferidos para outros cargos na Secretaria de Segurança Pública do Estado de **Goiás** (SSP) no final do ano passado.

Outro ponto que requer atenção é a possibilidade da empresa vencedora ter tido acesso a informações internas da licitação antes do procedimento se tornar público.

Além disso, também está sendo investigado o motivo pelo qual o pregoeiro voltou atrás de uma decisão que tinha desclassificado a empresa em junho.

A promotora Villis Marra afirma, na portaria referente ao inquérito, que está sendo apurado "possível influência superior" na decisão do pregoeiro, pois na investigação feita pelo **TCE**-GO foi identificado que o recuo do servidor aconteceu após "um pedido de reconsideração que não teria previsão legal no desenho processual licitatório".

O trabalho feito pela Ciga Cozinha começou no dia 26 de novembro de 2021. De acordo com um relatório feito pela Defensoria Pública do Estado de **Goiás** (DPE-GO), após realizar uma vistoria na Casa de Prisão Provisória (CPP), é unânime a opinião dos presos sobre a má qualidade das refeições fornecidas, além de terem o intervalo de mais de 15 horas entre duas refeições.

A Ciga e a DGAP negaram qualquer irregularidade e disseram que a Vogue Alimentos, empresa que foi derrotada e gerenciava o fornecimento, é a responsável por denúncias sem embasamento.

Site:
https://www.noticiasgoias.com.br/noticia?id=8326&MP_investiga_fraude_em_licitaçao_para_fornecimento_de_alimentaçao_para_presos_em_Goias